O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO XI - Nº 87 - SETEMBRO DE 2017 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC
RUA DOS BAMBUS, 116,
ITACORUBI - FPOLIS (SC)
88034-570

ESPECIAL

Juízes de SC julgam mais do que a média nacional

FOTO: JOÃO CAVALLAZZI

PÁGS. 6 E 7

NOVEMBRO

Florianópolis sediará Congresso Estadual de Magistrados

PÁG. 7

Perfil: *O Judiciário* conta a trajetória do Juiz aposentado Írio Grolli

CONTRACAPA

EVENTO

AMC promove encontro de aposentados e pensionistas

PÁG. 5

EDITORIAL

Justiça em Números

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou em setembro o anuário "Justiça em Números", cujos resultados mostraram, de maneira inequívoca, o bom desempenho da Magistratura e do Poder Judiciário de Santa Catarina no comparativo com outras unidades da Federação. Destaque para o índice de produtividade dos Juízes catarinenses, com uma média 1.860 mil processos por Magistrado – a média nacional ficou em 1.749 processos. Isso significa a resolução de 8 ações por dia, uma média não só excelente, como também muito acima da média internacional.

Apesar dos bons resultados, a Justiça catarinense sofre, como nas outras unidades da federação, com o excesso de demandas de aporta diariamente nos fóruns de todo o país. Reportagem do portal **JusCatarina**, *que reproduzimos nesta edição de* **O Judiciário**, *mostra que o ano de 2016 encerrou com 2.676.296 ações em trâmite e, em agosto deste ano, esse número permanecia praticamente idêntico: 2.630.058. Boa parte deles envolvem um número reduzido de litigantes.*

As razões para a esse volume monumental de processos são muitas. Dentre as principais está o número reduzido de Magistrados e Servidores; o uso predatório da Justiça por parte de entes públicos e privados, quando descumprem direitos e obrigações em relação aos consumidores e contribuintes; e a cultura da litigiosidade cada vez mais comum em nossa sociedade.

O desafio, como se vê, é gigantesco e não depende apenas de uma única solução. Para além de aumento do efetivo, reformas legislativas pontuais que visem agilizar a tramitação processual ou quem sabe punir com mais rigor quem se utiliza da Justiça para evitar o cumprimento de suas obrigações, é preciso criar alternativas para a resolução de conflitos, evitando, assim, que estes ingressem em larga escala no Poder Judiciário.

> O uso da tecnologia também pode contribuir para reduzir o estoque de demandas, o que, aliás, tem sido levado a cabo pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC)

O uso da tecnologia também pode contribuir para reduzir o estoque de demandas, o que, aliás, tem sido levado a cabo pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), que investe cada vez mais em informatização, honrando, assim, o compromisso de elevar ainda mais o padrão de excelência dos serviços prestados aos jurisdicionados.

[MEMÓRIA]

FOTO: ARQUIVO AMC

Reunião no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) com a presença de ilustres Magistrados.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho
1º Vice-Presidente - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
2º Vice-Presidente - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social
Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano IX - nº 87 - Setembro de 2017

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/SC01061-JP

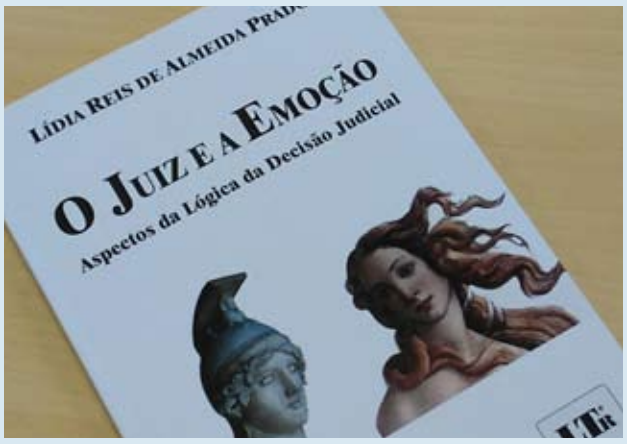
Produção, Textos e Edição
Fabrício Severino
Karina Schovepper

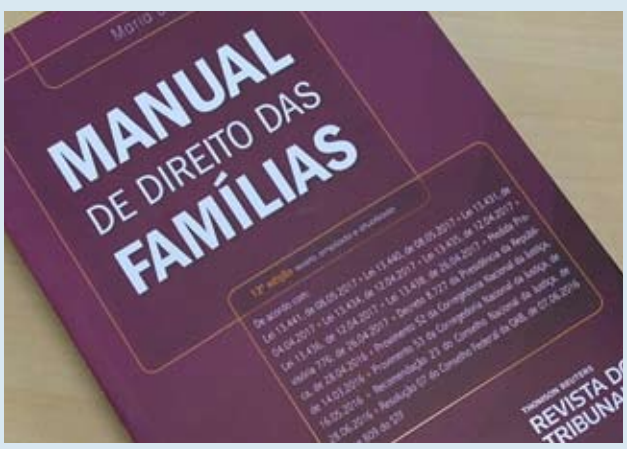
Diagramação e Projeto gráfico
Karina Schovepper

Colaboração
Assessoria de Imprensa do TJ/SC

LIVROS

Novas aquisições da Biblioteca da Esmesc





Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

CABERNET SAUVIGNON, A UVA UNIVERSAL

A Cabernet Sauvignon pode ser considerada a variedade universal. Originária da região de Bordeaux, fruto de cruzamento espontâneo da Cabernet Franc e da Sauvignon Blanc – daí seu nome -, espalhou-se com sucesso mundo afora, a ponto de tornar-se padrão referencial de todos os tintos. Os italianos, baseados em escritos de Plínio, o Velho, afirmam que ela seria a antiga Biturica e alguns produtores modernos a engarrafam com este nome. De toda maneira, foi a partir de Bordeaux que ela se tornou famosa, pois constitui a base de seus grandes vinhos.

Se a Pinot Noir é a amante caprichosa que exige tudo do vinhateiro para se doar, a Cab. Sauvignon pode ser comparada às nossas avós, esposas fiéis e dedicadas que lavavam, passavam, cozinhavam e criavam uma penca de filhos sem reclamar. De fato, esta casta se adapta bem em quase todos os solos e climas, desde que haja boa drenagem, inverno frio e ampla insolação. Tem boa produtividade, chegando a 10 ou 12 toneladas/hectare sem perda de qualidade. A casca dura de seus longos cachos resiste bem a fungos e pragas. Taninos e pigmentos corantes lhe dão uma cor rubi profunda, com toques violáceos, quando as cascas ficam em contato com o mosto até o final da fermentação.

Por sua versatilidade, a Cab. Sauvignon pode produzir vinhos mais leves e claros, para serem consumidos jovens (3 a 4 anos), outros de corpo e cor medianos, mais duráveis (5 a 8 anos), e finalmente os encorpados e de longa guarda, que enfrentam com galhardia 20 anos ou mais. Tudo depende do método de vinificação, dos cortes e da intenção do produtor. Sim, porque ao contrário da Pinot Noir, que não se dá bem com nenhuma mistura, ela aceita com sucesso a companhia de outras variedades. Daí o corte clássico bordalês, cujo percentual varia em cada cantina: Cab. Sauvignon, Cabernet Franc, Merlot e Petit Verdot (apenas 5%). No Brasil é mais usado o varietal ou corte com Merlot para lhe dar maciez.

Duas características são suas marcas registradas: taninos fortes e gosto e cheiro de pimentão verde – estes causados por um elemento chamado pirazina, que se intensifica quando a uva não amadurece bem. Por isso o sol é essencial nas três semanas pré-colheita. Não deve, porém, ser excessivo, porque então "cozinha" os grãos e deixa o vinho com gosto de queimado, como ocorre com muitos argentinos e chilenos. Nos vinhos jovens e medianos os taninos são amaciados pela separação precoce das cascas e/ou cortes. Nos vinhos de guarda isso só acontece com o tempo e a maturação em madeira. Nessas condições os taninos se suavizam e a pirazina desaparece, ocasionando a formação de ricos buquês, tais como frutas maduras, caramelo, baunilha, tabaco, defumados e especiarias. Ouso dizer que sem passagem por carvalho – francês, americano ou esloveno – nenhum Cab. Sauvignon será completo.

Por todas as suas qualidades e capacidade de adaptação é a tinta mais plantada no mundo. Possui uma força tão grande, que mesmo quando entra em pequenas quantidades nos mais variados cortes sua presença é facilmente detectada. Portanto, pode-se dizer que a formação do gosto dos consumidores tem como referência as características dessa nobre variedade. É curioso lembrar que embora constitua a base do vinho bordalês, não é a mais cultivada na região. Perde para a Merlot, base dos vinhedos de St.-Émilion e Pomerol, que integram o Bordeaux. O famoso Ch. Pétrus, que custa o absurdo de R$ 40.000,00 a garrafa, é elaborado com esta casta.

Cada país produz seus Cab. Sauvignon com nuances próprias, pois existem dezenas de clones, solos e climas diferentes, sem prejuízo de suas características básicas, de tal forma que no fundo todos se assemelham, desde que bem elaborados. Os Estados Unidos, seguidos pela Austrália, possuem os maios extensos vinhedos da variedade, depois do Bordeaux. Os vinhos californianos são os que mais se aproximam do tipo bordalês, muitas vezes superando-o. Chile e Argentina produzem potentes e longevos exemplares, em geral com excessiva graduação (14º a 15º G.L.) e traços de queimado por força do sol inclemente dos Andes.

Os vinhos finos brasileiros oriundos do R.G. do Sul e do Planalto catarinense são majoritariamente da Cabernet Sauvignon, cada um com características próprias de cor, aroma e sabor, com destaque para os nossos conhecidos produtos de altitude. Ainda não temos paradigmas suficientes para saber os limites de longevidade dos vinhos desta casta no Brasil. Até o momento podemos concluir que os gaúchos duram em média 5 anos, podendo alguns resistir por mais tempo. Nas 3 regiões de altitude de nosso Estado temos observado que os de São Joaquim e Caçador são potentes e encorpados, podendo resistir bem por 7 ou 8 anos. É que nesses locais o ciclo de maturação é mais demorado porque além do frio há influência da neblina, sendo a colheita feita em maio. A região de Campos Novos não tem neblina e possui mais horas de insolação . Por isso a vindima ocorre mais cedo, em março, produzindo vinhos de cor mais clara, menos taninosos e mais frutados, com duração de 5 a 6 anos. Embora fujam um pouco do padrão bordalês – o que lhes dá singularidade própria – são todos muito bons.

**Desembargador aposentado*

DEBATE

Juizados Especiais revolucionaram acesso à Justiça, diz presidente do Fonaje

Foi realizado nos dias 5 e 6 de outubro, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), o XIV Fórum Estadual de Juizados Especiais (FEJESC) e XV Encontro Estadual de Turmas de Recursos. A solenidade de abertura foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Desembargador Torres Marques, que deu as boas vindas aos participantes e ressaltou a importância do evento para aprimoramento dos Magistrados que atuam nos Juizados Especiais de todo o Estado.

Na sequência, a presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje), Juíza Maria do Carmo Honório, abriu os trabalhos com a palestra "Realidade Nacional dos Juizados Especiais". Ela fez um breve histórico do surgimento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que existem há mais de 20 anos com o objetivo de atender o cidadão nas questões jurídicas de menor complexidade com celeridade e simplicidade. Desde 2001, por meio da Lei n. 10.259, o sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais foi estendido à Justiça Federal e, em 2009, à Fazenda Pública.

Maria do Carmo ressaltou, ainda, que os Juizados Especiais revolucionaram o acesso à Justiça, com procedimentos simplificados e mais ágeis, sempre tendo como foco a cultura da conciliação. "A conciliação é a alma dos Juizados Especiais, porque quando as próprias partes chegam a uma solução, essa solução é definitiva", ressaltou.

O encontro, uma parceria da Academia Judicial (AJ) com a AMC, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc) e a Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, encerrou na sexta-feira, 6/10, com workshop, formação de grupos de trabalho e edição de enunciados.

✔ NOTAS

■ **LIVRO:** O Juiz Mauricio Cavallazzi Povoas lançou, no dia 4/9, em Joinville, a segunda edição revista e ampliada do livro Multiparentalidade - A possibilidade de múltipla filiação registral e seus efeitos.

A obra aborda a possibilidade jurídica do reconhecimento da multiparentalidade, ou seja, da coexistência de mais de um pai ou mais de uma mãe (ou mesmo de dois pais e duas mães) em relação a um só filho, sendo um dos vínculos decorrente de relação afetiva e o outro da genética. Trata, ainda, dos efeitos jurídicos, destacando a possibilidade de inclusão no registro de nascimento de todos os genitores.

O Magistrado explica que o livro é resultado da sua dissertação Mestrado, concluída em 2012. O tema, aliás, já vinha sendo pesquisando por ele desde 2002, por conta de alguns casos que analisou na comarca de Concórdia. "Na primeira edição não tínhamos julgados neste sentido, ou se existiam eram raríssimos. E de lá para cá muita coisa mudou", destaca Povoas, que analisa nesta nova edição as várias vertentes sobre o assunto e, inclusive, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), baseada em precedente oriundo da comarca da Capital, relativo a um processo de investigação de paternidade.

Com selo da Conceito Editorial, o livro vem com apresentação do Jurista Rolf Madaleno e prefácio do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal.

■ **ELEIÇÕES AMC:** O Conselho Deliberativo da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), presidido pelo Juiz Samir Oséas Saad, definiu, em reunião realizada no dia 29 de setembro, a nominata dos membros da Junta Eleitoral que coordenará o processo sucessório na entidade. As eleições estão marcadas para o dia 2 de dezembro deste ano, na Sede Administrativa da AMC.

Foram designados os seguintes associados: Nilton João de Macedo Machado, Luiz Antônio Zanini Fornerolli, Eliane Alfredo Cardoso de Albuquerque (titulares), Rui de Aguiar e Cleni Serly Rauen Vieira (suplentes).

INSTITUCIONAL

Florianópolis sediará Congresso Estadual de Magistrados

Será realizado entre os dias 30 de novembro a 2 de dezembro, em Florianópolis, mais uma edição do Congresso Estadual de Magistrados, tradicional evento promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) e que propõe a reflexão e o congraçamento entre os membros da Magistratura catarinense.

Este ano o encontro será realizado nas Sedes Administrativa e Balneária da AMC, com a proposta de debater o tema "A Justiça no Estado Democrático de Direito: Uma abordagem atual". Entre os palestrantes confirmados estão o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin e o Professor da Unicamp Roberto Romano da Silva.

As reservas de hospedagem, com descontos especiais para participantes do Congresso, deverão ser realizadas diretamente com os seguintes hotéis:

- Blue Tree Premium Florianópolis Hotel (Centro): (48) 3251-5555
- Majestic Palace Hotel (Centro): (48) 3231-8025
- Faial Prime Suítes (Centro): (48) 3203-2768
- Al Mare Palace Hotel (Canasvieiras): (48) 3952-3100
- Novotel (Centro): (48) 3202-6100

Mais informações poderão ser obtidas com o Setor de Eventos da AMC, com Andréa ou Flávia, pelos telefones(48) 3231-3011 e 99921-3200 ou pelo email eventos@amc.org.br.

Representantes da Magistratura e MP reúnem-se com parlamentares catarinenses

Lideranças da Magistratura e do Ministério Público de Santa Catarina estiveram reunidas, no dia 18/9, em um almoço oferecido pela Associação dos Magistrados do Trabalho (AMATRA-12), em sua sede na Capital, com os membros da Frente Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional. O encontro teve como propósito estreitar os laços entre os membros dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como com o Ministério Público.

Após saudação inicial da presidente da AMATRA-12, Juíza Andréa Cristina Haus Bunn, o presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Desembargador Odson Cardoso Filho, destacou a relevância do encontro para as instituições. "É importante mantermos esse contato mais próximo, que nos dá a oportunidade de dialogar e apresentar com mais clareza os anseios da Magistratura".

Também participaram do evento o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Desembargador Torres Marques, o 2º vice-presidente do TJ/SC, Desembargador Sérgio Heil, o 3º vice-presidente do TJ/SC, Desembargador Jaime Ramos, o presidente em exercício do TRE/SC, Desembargador César Abreu, o presidente do TRT/12ª Região, Desembargador Gracio Ricardo Petrone, a Juíza Cláudia Maria Dadico, Diretora do Foro da Justiça Federal em SC, o Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do MP/SC, Fábio de Souza Trajano, além da 1ª vice-presidente da AMC, Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, o diretor do Departamento de Comunicação da AMC, Juiz Antônio Augusto Baggio e Ubaldo, e o diretor geral da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), Juiz Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva.

O coordenador da Frente Parlamentar, deputado João Paulo Kleinubing, ressaltou que é fundamental trabalhar pela harmonia institucional, com respeito à independência entre os poderes. "Isso é vital para que possamos dialogar e poder avançar sempre em favor de Santa Catarina, que é o que nos une", salientou. Os outros parlamentares presentes, Deputados Esperidião Amin, Celso Maldaner, Carmen Zanotto, Ronaldo Benedet e Jorginho Mello, e o Senador Dalírio Beber, também fizeram uso da palavra, assim como os representantes das Associações de Magistrados e dos membros do MP, cujo discurso seguiu a mesma linha, com ênfase à aproximação institucional para o fortalecimento da democracia e do Estado brasileiro.

RAIO-X DO JUDICIÁRIO

Entenda porque a Justiça produtividade, não reduz

Por Karina Schovepper

**Publicado originalmente no Portal JusCatarina*

Apesar do avanço da informatização dos processos e do alto índice de produtividade de seus Magistrados, o Poder Judiciário de Santa Catarina continua assoberbado em montanhas de processos. O ano de 2016 encerrou com 2.676.296 ações em trâmite e, em agosto deste ano, esse número permanece praticamente idêntico: 2.630.058.

Esse é o panorama da nossa Justiça, segundo dados do anuário "Justiça em Números 2017", elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e do relatório estatístico da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina (CGJ/SC) relativo aos oito primeiros meses deste ano.

Além dos dados estatísticos sobre o número de ações em andamento no Estado e relativos à produtividade dos Magistrados catarinenses, o relatório da CGJ/SC também revela que os órgãos públicos e privados, especificamente instituições bancárias e empresas de telefonia, são responsáveis pelo maior número de processos em tramitação, quase todos relacionados ao descumprimento de obrigações junto aos consumidores e contribuintes (veja quadro abaixo).

Tais dados, somados à cultura da litigiosidade, que permeia a sociedade contemporânea, ajudam a compreender as razões que dificultam o desafio da Justiça de Santa Catarina – e de todo o país – de reduzir de forma significativa o "estoque" de processos judiciais pendentes de julgamento.

■ PRODUTIVIDADE

A taxa de produtividade dos Juízes catarinenses – 1.860 mil processos por Magistrado, o que equivale a oito ações resolvidas por dia, acima da média nacional de 1.749 mil –, é considerada alta, aliás, muito acima da média internacional. Para se ter uma ideia do volume de trabalho, somente nos oito primeiros meses deste ano foram 451.812 mil sentenças e 607.597 mil decisões proferidas pelos Magistrados catarinenses.

Produção do Magistrado (Janeiro a Agosto/2017)

Sentenças	Decisões	Despachos	Audiências	Pessoas Ouvidas
451.812	607.597	1.306.498	212.400	417.753

Ao mesmo tempo em que os magistrados são altamente produtivos, o número de Juízes ainda não é considerado o ideal para a demanda, o que acaba contribuindo para o acúmulo de processos e, por consequência, para a morosidade. Atualmente, são 410 Juízes atuando no primeiro grau, sendo 366 titulares e 44 substitutos. Dentre os cargos de Juízes titulares, 13 estão vagos, e dentre os de Juízes substitutos, são 72.

"Somente com os provimentos desses cargos – o que depende da finalização de concurso existente e a realização de outros em sequência -, poderão ser dimensionados os dados acerca da necessidade de mais magistrados, e quantos seriam necessários para se chegar à desejada celeridade na prestação jurisdicional, sempre com a devida qualidade", afirma o corregedor-geral da Justiça, Desembargador Ricardo Fontes.

No Índice Nacional de Atendimento à Demanda, indicador que verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos, o TJ/SC atingiu 111,3%, acima da média nacional, o que garantiu o quarto lugar no ranking de produtividade dos tribunais de médio porte.

Os números do CNJ e da CGJ/SC mostram que o congestionamento da Justiça está bastante concentrado na primeira fase de tramitação dos processos, o chamado primeiro grau de jurisdição. Segundo o levantamento, o tempo médio de sentença no 1º grau do Judiciário catarinense é de dois anos e 11 meses. No 2º grau, dez meses.

■ CULTURA DO LITÍGIO

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) do TJ/SC é de 77%, o terceiro entre os tribunais de médio porte. Conforme explica o Advogado Rogério Duarte da Silva, professor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), os números mostram que vivemos em uma sociedade incapaz de resolver conflitos e que alimenta a cultura do litígio.

"Ainda existe uma sensação de que o advogado só merece os honorários se propuser um processo e ganhar a demanda. Essa cultura precisa ser alterada, para que os escritórios tenham como investir em soluções extrajudiciais de conflitos", ressalta.

Segundo Silva, a facilidade de acesso à Justiça, não só pela implantação de defensorias públicas, como pela oferta relevante de Advogados no mercado, somado aos atores sociais que violam sistematicamente os direitos do cidadão – como empresas de telefonia e instituições bancárias –, contribuem para atravancar o Judiciário.

"O combate à cultura do litígio deve iniciar com a formação do bacharel na faculdade, passando pela conscientização das partes sobre os benefícios da conciliação de litígios e pela efetividade nas conciliações, com valores justos em relação aos danos (quando existirem) e no cumprimento dos acordos firmados", acredita.

Mecanismos que já estão sendo utilizados pelo Judiciário catarinense para levar a cultura do acordo à sociedade. Segundo o Desembargador Ricardo Fontes, a conciliação tem sido bastante difundida no Judiciário e o Conselho Gestor dos Juizados atua permanentemente neste sentido.

"A mediação é a forma de resolução dos conflitos que chegam ao Judiciário, e a conciliação também é um instrumento valioso e que acelera a solução do processo. Nos dois casos, as partes é que definem como essa solução vai ocorrer e assim os dois lados ganham", destaca.

Para se ter uma ideia do compromisso do Judiciário catarinense em coibir a cultura do litígio, em maio deste ano foi instalada a 23ª unidade do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), desta vez na comarca de Guaramirim. Além de orientar o cidadão, o Cejusc realiza audiências de conciliação e mediação na área cível e presta atendimento nas fases pré-processual e processual.

Ainda, o tribunal catarinense conta com o Serviço de Mediação Familiar, onde são tratadas em sessões de mediação questões que envolvem separação, divórcio, pensão alimentícia, dissolução de união estável e regulamentação de visitas entre outras. O serviço conta com o apoio voluntário de advogados, que revisam as petições e esclarecem sobre aspectos jurídicos dos acordos. Os atos ocorrem sob a condução direta do mediador/conciliador judicial, com supervisão do Juiz.

	Assuntos em que há o maior número de processos cadastrados	Total
1	Dívida Ativa	661829
2	IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano	220288
3	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes	207990
4	Citação	175460
5	Intimação	104802
6	Cheque	95718
7	Indenização por Dano Moral	92330
8	Seguro	81592
9	Contratos Bancários	77725
10	Alienação Fiduciária	71532
11	Cédula de Crédito Bancário	64688
12	Inquirição	64464
13	Taxa de Licenciamento de Estabelecimento	55548
14	Prestação de Serviços	51556
15	Compra e Venda	51513
16	Nota Promissória	51499
17	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	45342
18	Telefonia	43320
19	Obrigação de Fazer / Não Fazer	38987
20	ISS/ Imposto sobre Serviços	38084

a de SC, embora com alta
z 'estoque' de processos

■ **MAIORES LITIGANTES**

Governos, bancos, companhias telefônicas e INSS são responsáveis por boa parte das ações judicias em tramitação em Santa Catarina e no Brasil. Ou seja, problemas com serviços públicos diretos ou concedidos pelo Governo entulham o Judiciário com demandas desnecessárias ou repetitivas, as quais poderiam ser facilmente resolvidas pelas Agências Reguladoras ou pela Administração Pública.

"As empresas poderiam melhorar seus canais de contato com os consumidores, dando respostas rápidas e concretas sobre problemas ocorridos na prestação do serviço e nas cobranças realizadas. Existe uma cultura no sentido de que essas empresas não prestam um retorno adequado quando da ocorrência de problemas, fazendo com que consumidores que se sintam lesados acabem recorrendo ao Judiciário, aumentando o número de demandas repetitivas", diagnostica Silva.

Para tanto, ele acredita que o novo Código de Processo Civil (CPC), em vigor há mais de um ano, irá diminuir o número de demandas com temas repetitivos, mas "é necessário que as empresas busquem um aprimoramento de seus serviços, evitando que ocorram tantos problemas nas relações com os consumidores". "Ainda, acredito, que uma busca por mecanismos efetivos de conciliação evitaria uma parte das demandas que tramitam no Judiciário e atrasam a prestação jurisdicional", salienta.

Somado a esse cenário, o problema das execuções fiscais é dos mais graves para impedir que a Justiça ande. Dados da CGJ/SC mostram que a execução fiscal responde por mais de um milhão dos processos em trâmite no tribunal catarinense – em agosto, esse número era de 1.030.118, o que representa 39,12% do total.

	20 maiores litigantes no polo passivo	Total
1	Serasa S/A	197286
2	Estado de Santa Catarina	142571
3	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	72951
4	Brasil Telecom S/A (Oi S/A)	52013
5	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA	47859
6	Banco Do Brasil S/A	43774
7	Bv Financeira S/A	28268
8	Banco Bradesco S/A	18971
9	Boa Vista Serviços S/A	13829
10	Banco Itaú S/A	13333
11	Tim Celular S/A	13053
12	Banco Santander S/A	11970
13	Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV	11409
14	Banco Itaucard S/A	11375
15	Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A	10337
16	HSBC Bank Brasil S/A	10303
17	Chefe da Agência Regional das Centrais Elétricas de S/C - Florianópolis Celesc Distrição	9606
18	Banco Bradesco Financiamentos S/A	9007
19	Global Logística e Transportes LTDA	7596
20	Bradesco Vida e Previdência S/A	7405

Em 2016, segundo os dados do CNJ, esse número era de 1.126.412, com uma taxa de congestionamento de 92%. Nacionalmente, segundo a estatística do CNJ, os processos de execução fiscal representam, aproximadamente, 38% do total de casos pendentes e 75% das execuções pendentes no Poder Judiciário. São processos que não tramitam pelo Judiciário na Europa e Estados Unidos, por exemplo, pois são processos de cobrança de dívida administrativa do Governo.

■ **"DESJUDICIALIZAÇÃO" DA EXECUÇÃO**

A solução? Para o Juiz Sérgio Junkes, ex-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a "desjudicialização" da execução contribuiria imensamente para diminuir o excesso de demandas que tramitam no Poder Judiciário.

"Cerca de 40% dos processos, ou seja, aproximadamente 40 milhões, imediatamente sairiam da Justiça. Uma simples alteração legislativa como esta traria um 'desafogo' sem precedentes ao Judiciário e permitiria aos Juízes dedicar mais do seu tempo para dar andamento aquelas demandas que interessam ao cidadão comum e que são aqueles que mais precisam dela", pontua.

■ **AÇÕES E POLÍTICAS DE GESTÃO**

Apesar de não obter resultados mensuráveis nos dados estatísticos, algumas ações foram encabeçadas pelo Poder Judiciário e associações de Magistrados, nos últimos anos, para tentar reduzir a taxa de congestionamento e a entrada de novos processos.

Lançado no final de 2015, a campanha "Não deixe o Judiciário parar", idealizado e coordenado pelo então vice-presidente Institucional da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o Juiz catarinense Sérgio Junkes, consistiu na instalação de uma espécie de "processômetro" com dois contadores, em frente ao prédio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O primeiro com o número de processos que tramitavam na Justiça em tempo real; e um segundo contador que apontava a quantidade de processos que não deveriam estar no Judiciário se o Poder Público, bancos, empresas de telefonia, de planos de saúde e tantos outros setores cumprissem a legislação e garantissem os direitos dos cidadãos, ao invés de recorrer automaticamente de qualquer decisão.

A campanha foi baseada em uma consistente pesquisa realizada pela entidade: "O uso da Justiça e litígio no Brasil". O estudo permitiu mapear os setores que mais congestionam a Justiça entre os 100 maiores litigantes. O levantamento foi realizado em 10 estados e no Distrito Federal e apontou que em oito Unidades da Federação, o Poder Público era o setor que mais congestionava o Judiciário, seguido pelos setores financeiro e de telefonia. A pesquisa trazia dados inéditos de 2010 a 2013, e tinha como objetivo contribuir para o debate ainda atual sobre o excesso de processos no Poder Judiciário.

"Em Santa Catarina, o levantamento que fizemos apontou uma alta concentração de poucos setores responsáveis pelas ações entre os 100 maiores litigantes. Apenas cinco instituições respondiam, tanto no polo ativo (parte autora da ação judicial) quanto no passivo (parte que é processada judicialmente), por 50% dos processos. Nas Turmas Recursais também eram poucos os atores demandantes, a maior parte deles dos setores bancário e de telefonia.

No Primeiro Grau, dois setores praticamente concentraram as ações ajuizadas nas unidades do Tribunal de Santa Catarina (TJSC), entre 2010 e 2013. Alguns municípios e algumas empresas do sistema financeiro ajuizaram a maioria dos 391.144 processos no Estado, entre os 100 maiores litigantes.

No polo passivo do Primeiro Grau, ou seja, que corresponde às partes processadas, as empresas do setor financeiro responderam por quase metade das 382.227 ações ajuizadas nas unidades, entre os 100 maiores litigantes no período analisado. Em 2013, este setor respondeu por 51,6% das ações. Na sequência, com proporções próximas entre elas, estavam atores da administração pública estadual, do setor de telefonia e comunicações e da previdência pública", recorda.

Quase dois anos após a campanha, Junkes faz um balanço positivo e salienta que os resultados só serão perceptíveis em longo prazo, pois é necessária uma mudança cultural – da cultura do litígio para a da conciliação -, além de mecanismos efetivos para coibir o uso predatório da Justiça. "O movimento 'Não Deixe o Judiciário Parar' cumpriu a sua missão de trazer à lume o problema e despertar a sociedade para a importância de mudarmos essa cultura, a exemplo, aliás, do que verificamos nos Estados onde passou.

Todavia, foi apenas uma semente que germinou, mas que necessita ainda do esforço de toda a sociedade para frutificar em uma nova Justiça livre do uso predatório de poucos setores que dela se utilizam como estratégia do seu negócio como é o caso das companhias telefônicas e bancos. É necessário desobstruir os caminhos do cidadão que necessita da Justiça para que ela esteja cada vez mais disponível, célere e eficiente. Várias iniciativas tem sido tomadas para mudar este quadro que

ainda persiste. Há uma longa jornada a ser percorrida. Felizmente, a consciência social deste problema está cada vez mais presente e este é o primeiro passo da mudança", analisa.

Nesse âmbito, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) também tem investido em políticas de gestão que visam um menor tempo de tramitação processual e consequente diminuição do número de processos em tramitação, conforme explica o corregedor-geral da Justiça. Para ele, planejar e gerir a estrutura judiciária por intermédio dos fundamentos da gestão empresarial torna-se indispensável nestes tempos modernos.

"Na Corregedoria, temos investido nesse objetivo, por meio de programas de apoio às unidades em situação de crise, orientação permanente nos trabalhos de correição, projeto de modelo de gestão de gabinetes, tutoria dos novos chefes de cartório, parceria com a Academia Judicial em curso de gestão de unidades judiciais e parceria com a Presidência do Tribunal de Justiça no programa de digitalização de processos físicos", ressalta Fontes.

Outros programas, como o mês do ajuste estatístico, mês do arquivamento e PRODNASC (para análise de DNA nos processos de investigação de paternidade) também auxiliam tanto na tramitação mais célere quanto na redução do acervo. "Eu destaco, ainda, o programa APRIMORAR, que é uma ferramenta criada na Corregedoria, que possibilita a análise dos indicadores de tempo processual para a elaboração de plano de gestão pelos magistrados e co-gestores das unidades judiciais, que são os Chefes de Cartório", explica.

■ EM DOIS ANOS, FIM DOS PROCESSOS FÍSICOS

Outro passo importante para dar mais celeridade ao Poder Judiciário foi a implantação do processo eletrônico e a digitalização de processos físicos. Desde 2014, quando foi concluída a instalação da versão 5 do Sistema de Automação do Judiciário em todas as unidades de 1º grau (varas e juizados), 100% dos processos novos entram no formato digital em Santa Catarina e, até 2020, a expectativa é que o Judiciário seja 100% digital.

Ou seja, fora a redução do impacto ambiental, o Judiciário ganha ainda em agilidade, redução de despesas e ganhos de operacionalidade no trabalho, uma vez que o processo digital elimina o chamado tempo morto – período em que o processo fica parado entre um andamento e outro ou sofre apenas tramitação burocrática.

"O acervo de processos digitais é de 76% e as unidades tem se dedicado muito à conversão dos processos físicos para o meio eletrônico. No ritmo atual, acredito que em dois anos não teremos mais processos físicos em tramitação. Também acho importante destacar que já temos 59 unidades 100% digitais, e esse número vem crescendo mês a mês", analisa o desembargador.

Novos residentes judiciais iniciam atividades em outubro

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) realizou, no dia 14 de setembro, a reunião e matrícula dos novos residentes judiciais classificados no processo seletivo (Edital 012/2017 Esmesc). Os 101 aprovados iniciaram as atividades da Residência Judicial no dia 9 de outubro, sob a orientação de Magistrados pertencentes ao Poder Judiciário catarinense, com a supervisão da Academia Judicial e da ESMESC.

O programa da Residência Judicial tem por finalidade o aprendizado da atividade prático-jurídica desenvolvida em gabinete, complementando os conhecimentos teóricos adquiridos na Escola.

Paralelamente à atividade jurisdicional, o residente dispõe de ambiente virtual de aprendizagem destinado ao estudo individual e colaborativo, contando com conhecimentos advindos de Professores e dos próprios estudantes-residentes.

A Residência Judicial é constituída pelas etapas Residência I e Residência II do Curso de Preparação para a Magistratura da ESMESC. Ela é realizada com carga horária de 20 ou 30 horas semanais e cada etapa pode ter a duração máxima de 2 anos.

Mais informações no site da Escola: www.esmesc.org.br

INSTITUCIONAL

AMC promove novo encontro de aposentados e pensionistas

Magistrados aposentados e pensionistas estiveram reunidos na tarde do dia 14/9, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em Florianópolis. O encontro contou com as presenças, dentre outros, do presidente da entidade, Desembargador Odson Cardoso Filho, da diretora do Departamento de Pensionista da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), Rita Patrícia Lessa, e da secretária da Secretaria de Pensionistas da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Haydee Aparecida Mariz de Oliveira, que palestrou para os presentes.

Inicialmente, o presidente da AMC deu as boas vindas aos participantes, fez um relato acerca do andamento dos pleitos de interesse da classe, bem como agradeceu o apoio e a participação dos aposentados e pensionistas nas ações e eventos realizados pela entidade. Na sequência, a diretora do Departamento de Pensionistas da AMC, Elizabeth Gomes Mattos, também saudou os presentes e destacou a importância de manter a união em torno das causas de interesse do grupo.

A secretária da Secretaria de Pensionista da AMB fez breve explanação sobre o funcionamento da entidade em que atua e conclamou as colegas a se filiarem à instituição. "A AMB é uma entidade que luta dia e noite por vocês. E só conseguiremos atingir os nossos objetivos com união", destacou. Ela pediu o engajamento de todos em favor do direito a voto para as pensionistas no âmbito das associações. Por fim, os presentes puderam debater assuntos que afligem essa parcela de associados, com ênfase no aspecto previdenciário.

Juiz Márcio Schiefler Fontes toma posse no CNJ

O Juiz catarinense **Márcio Schiefler Fontes** foi empossado no cargo de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 10/10, pela Ministra Cármen Lúcia, durante a 260ª Sessão Ordinária. Além dele, tomou posse a Desembargadora Iracema Vale, do Tribunal de Justiça do Ceará (TJ/CE), e o atual conselheiro Arnaldo Hossepian foi reconduzido ao cargo para o próximo biênio.

Durante a solenidade, Cármen Lúcia disse que os conselheiros que se integram à nova composição do Conselho contribuirão para o aperfeiçoamento do CNJ. Destacou ainda a representatividade do sistema de Justiça entre os integrantes do Conselho. Têm assento no CNJ entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público.

"É da integração deste sistema de Justiça que teremos a melhor jurisdição prestada ao cidadão brasileiro. Tenho certeza que os novos conselheiros vêm enriquecer o Conselho e, cada vez mais, fazer com que possamos atuar dentro de nossas funções constitucionais, nos limites das nossas atribuições e competências, mas com a força e a coragem que é preciso para, num momento de tão grande transformação do mundo e do Brasil, em especial, darmos cobro àquilo que é a exigência da sociedade para com todos nós", afirmou a Ministra.

O Juiz Márcio Schiefler Fontes ocupará a vaga aberta com a saída do Juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) Bruno Ronchetti. Fontes foi indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), órgão em que atuou como Juiz auxiliar do Ministro Teori Zavascki, que faleceu em janeiro.

O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Desembargador José Antônio Torres Marques, participou da solenidade, bem como o vice-presidente do STF e do CNJ, Ministro Dias Toffoli, o Ministro do STF Luiz Edson Fachin, a Procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministra Laurita Vaz, o presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, o Governador do Ceará, Camilo Santana, o presidente do TJCE, Desembargador Gladyson Pontes, a secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, Berenice Maria Giannella, além de senadores e parlamentares dos estados dos integrantes dos novos conselheiros.

UM ANO DEPOIS

Magistrados debatem avanços e desafios do novo CPC

A Academia Judicial realizou, entre os dias 21 e 23 de setembro, em Balneário Camboriú, evento que debateu o impacto do novo CPC nos tribunais de Justiça após um ano de vigência. A abertura contou com a participação de Desembargadores e Juízes de Direito de 2º grau em aula ministrada pelo Desembargador federal Aluísio Gonçalves de Castro, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região.

Na tarde de sexta-feira (22), o destaque foi a presença do Ministro Rogério Schietti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na palestra "Efeitos do NCPC no STJ: o caso penal e público". O objetivo da capacitação é identificar as alterações referentes aos procedimentos internos do TJ/SC para o trâmite de recursos e avaliar os resultados da nova legislação. Neste contexto, foram indicadas soluções para melhoria de problemas identificados na aplicação do NCPC em relação ao Judiciário catarinense.

O evento teve ainda apresentação do Desembargador Jaime Ramos, 3º vice-presidente do TJ, sobre "Novo CPC e Processos com IRDR e repercussão geral no STF e STJ", além da participação do Desembargador federal Celso Kipper, do TRF 4ª Região.

NA INTERNET

Workshop discute crimes e violações aos direitos humanos

A Academia Judicial, em parceria com a empresa Facebook, promoveu, no dia 22 de setembro, workshop sobre crimes e violações aos direitos humanos na internet. Para um público formado predominantemente por Magistrados e técnicos da área, questões como as formas de obter informações via Facebook, a validade do instrumento em casos de desaparecimento de crianças e no monitoramento de tragédias iminentes suscitaram diversas indagações. A forma como são cumpridas as ordens de remoção de postagens, a possibilidade de acesso a conteúdos pretéritos e os lapsos até a efetivação das retiradas também estiveram em debate.

O primeiro painel realizado tratou do tema "Portal e Ferramentas do Facebook - requisições, preservação e fornecimento de dados e remoção de conteúdo - e Segurança de Menores na Plataforma", sob o comando dos agentes de segurança do Facebook Rick Cavalieros e Emily Vacher. A exposição teve tradução simultânea. No contexto do WhatsApp, as dúvidas acerca da disponibilidade ou não de conteúdos que circulam via aplicativo contaram com o esclarecimento da gerente global de respostas e demandas de justiça do WhatsApp, Keyla Maggessy, que abordou a "Segurança na Plataforma e o Programa de Resposta a Agentes de Investigação Criminal". Keyla chamou atenção para o fato de que todas as mensagens são criptografadas e por isso não compõem histórico no servidor. Segundo a profissional, a quebra de criptografia para investigação de um único usuário tornaria vulneráveis os demais. Os casos de banimento de usuário mediante denúncia também foram discutidos.

O presidente da empresa SaferNet, Thiago Tavares, também se fez presente e discorreu sobre estratégias de prevenção aos crimes cibernéticos no Brasil. Na sequência foram abertos debates relativos a cooperação no âmbito das investigações criminais, sob moderação de Mônica Rosina, representante do Facebook no Brasil. Nesse momento diversos profissionais, como Marlio Martins, do Facebook; Luís Felipe Canever, juiz de direito auxiliar da Presidência do TJSC; Dan Ackeman, do Departamento de Justiça dos Estados Unidos; Fábio Wladimir Monteiro Maia, da Cesar.org; e Ivan Castilho, da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, tiveram oportunidade de expor suas visões e preocupações.

CONCÓRDIA

Programa Novos Caminhos: mais uma turma inicia as atividades

Foi realizada no auditório do SENAI Concórdia, na manhã do dia 12/9, a aula inaugural de mais uma turma do Programa Novos Caminhos, que beneficia adolescentes que vivem em situação de acolhimento. A iniciativa oferece capacitação profissional e inclusão no mundo do trabalho aos participantes. O Programa é desenvolvido pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), OAB-SC e Fecomércio. Na região do Alto Uruguai Catarinense, 13 adolescentes participam das atividades.

A AMC esteve representada no lançamento pelo Juiz da Vara da Família, Sucessões, Infância e Juventude da comarca de Concórdia, Samuel Andreis. Para o Magistrado, o programa tem se mostrado promissor na cidade. "Felizmente, com uma turma já formada, podemos constatar que jovens antes sem autoestima hoje caminham de cabeça erguida. Temos alunos cotistas, que conseguem desempenhar atividades de aprendizagem recebendo alguma remuneração, sempre bem-vinda para essas pessoas em condições de vulnerabilidade social. A parceria com a FIESC está proporcionando a esses jovens uma qualificação técnica, ao tempo em que também estabelece uma rede social de apoio. E as oportunidades agora se ampliam com a participação da Fecomércio (SESC), que ministrará curso de informática, de modo a promover a imprescindível inclusão no mundo digital, quase sempre a eles inacessível", comentou.

A coordenadora do Programa de Inclusão do SENAI, Rosana Mendes, explica que os 13 adolescentes terão uma visão diferenciada de mundo e de sociedade e poderão conquistar seus objetivos de ingresso no mercado. "O programa vem em favor desses menores, proporcionando uma qualificação para que eles sejam inseridos no mercado de trabalho. Atualmente, temos 769 jovens no Estado e todos têm a oportunidade de passar pelas capacitações do SENAI, IEL, SESI e SENAC", explica.

De acordo com Rosana, o Programa Novos Caminhos tem atingido os objetivos traçados no Estado. "Os participantes realmente estão fazendo a diferença. Temos casos de jovens que já estão trabalhando e ingressaram numa faculdade", assinala. "São histórias que nos comovem. São pessoas que tiveram negações em vários aspectos. Agora, eles têm a oportunidade de construir um novo futuro", destaca. Os cursos oferecidos aos adolescentes são totalmente gratuitos.

As aulas de mais uma turma do Programa Novos Caminhos no Alto Uruguai Catarinense terão início nesta quarta-feira (13/9). As atividades ocorrerão uma vez por semana com professores do SESI, SENAI, IEL e SENAC. Durante este período, serão abordados temas como postura, ética e empregabilidade. Além disso, os jovens conhecerão o funcionamento das indústrias locais.

O lançamento de mais uma turma do Programa Novos Caminhos contou também com a presença do diretor do SENAI (unidade de Concórdia), Volnei Magedans, do diretor do SENAC (unidade de Concórdia), Rubens Mascelani Filho, além da equipe técnica que dá suporte aos adolescentes.

Juiz palestra em encontro para Educadores Sociais

O Juiz de Direito da Comarca de Xanxerê Christian Dalla Rosa proferiu palestra, no dia 31/08, durante encontro de Educadores Sociais que atuam com Acolhimento Institucional. A capacitação, que era aberta a todos os órgãos da rede de proteção à criança e adolescente da região, foi idealizada pela Coordenadora do Lar Aprisco, Claraelena Bueno Barfcknecht.

Durante o encontro foram abordadas temáticas referentes aos direitos e deveres das crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional, bem como ressaltada a importância do trabalho integrado em processos envolvendo crianças e adolescentes acolhidos, com ênfase na participação de cada ator. Também participou como expositor o Analista Jurídico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Fernando Horostecki, lotado na Comarca de Ponte Serrada.

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DO JUIZ APOSENTADO ÍRIO GROLLI

Coração entre o Judiciário e o campo

Abraham Lincoln disse que o verdadeiro homem bem sucedido é aquele que nasceu na roça, trabalhou desesperadamente para sair da roça e, depois, trabalhou desesperadamente para retornar à roça. Trata-se do retrato do homem de origem humilde que batalhou com afinco para conquistar melhores condições de vida, mas apesar de tê-las conquistado não perdeu o gosto pelas coisas simples da existência, pelos pequenos prazeres que a terra oferece.

O Juiz aposentado Írio Grolli identifica-se absolutamente com tal retrato. Nascido no interior do Rio Grande do Sul, em 1949, filho mais velho de uma família de agricultores, Grolli foi encaminhado ao Seminário aos 13 anos seguindo a vontade paterna, pois tornar-se padre era, na época, uma das melhores opções para os filhos de famílias humildes. Os cinco anos que estudou no Seminário foram definitivos na formação de Grolli, não só lhe garantiram uma compreensão mais sofisticada sobre a natureza humana e a religião, como lhe incutiram o desejo de traçar para si mesmo outro destino que não o clerical.

Os caminhos percorridos, no entanto, foram tortuosos. Aos 18 anos, recém saído do Seminário, trabalhava no Fórum de São Miguel do Oeste e finalizava os estudos no Colégio Lassalista. Para arcar com os custos da mensalidade, economizava com refeições e moradia – situação que o levou a fazer uma refeição diária e a pernoitar no Arquivo do Fórum. A realidade melhorou quando, aos 22 anos, foi aprovado em concurso para Escrivão na Comarca de Palmitos. Mas não se acomodou, ao contrário, a conquista lhe deu mais disposição para encarar 220 km de estrada de chão, semanalmente, para cursar Direito em Cruz Alta. Como não podia participar de todas as aulas durante a semana, Grolli comprava cópias mimeografadas para conseguir acompanhar o avanço das disciplinas. A maratona durou cinco anos – "Era judiado... mas quem não atravessa a noite não conhece a aurora".

Em 1988 abriu concurso para promotor. Grolli, que cursava a Escola Superior de Magistratura de SC em Florianópolis, prestou a prova e passou. Na escolha de vaga, pediu para ser lotado na Comarca de São Miguel do Oeste, onde lhe aguardavam sua esposa e os três filhos – "Era meu chão, minhas raízes". Mas a carreira na promotoria durou apenas um ano. O perfil conciliador o desafiou a prestar o concurso para a Magistratura, no qual também foi aprovado em 1990. Como Magistrado fez carreira e passou por quase todas as comarcas do oeste catarinense, esforçando-se para manter-se próximo a São Miguel do Oeste, onde permaneceram a esposa e os filhos, para que as crianças não precisassem passar por constantes adaptações em decorrência das mudanças frequentes do pai.

Apesar de ter um interesse especial pelo processo civil, em virtude dos 16 anos de experiência como escrivão do Cível, Grolli atuou durante dez anos na Primeira Vara Criminal de Chapecó. Em sua análise, o Juiz Criminal necessita ser mais objetivo e dogmático para não incorrer em interpretações subjetivas que comprometam o julgamento. "A gente se adapta a trabalhar com esse tipo de processo. No Cível, o Magistrado sofre muita pressão externa. No Crime funciona melhor o dogmatismo jurídico, porque é o que garante segurança jurídica ao Magistrado, ao Advogado e às partes. Costumo dizer que o Juiz Criminal realiza mais, porque julga condutas humanas. É um trabalho mais bonito por isso", compara.

Mas não só recordações positivas conformam a memória de Grolli sobre sua experiência na Magistratura. Em 2000, Grolli estava na sala de espera de uma clínica médica quando o local foi invadido por um grupo de detentos que havia fugido da penitenciária. A intenção era furtar alguns carros estacionados no local, mas, ao reconhecerem o Juiz, investiram contra ele. Amarraram-no, cobriram sua cabeça com um pano e passaram a provocá-lo dizendo "É muito bom julgar os outros, não é? Posso te matar". O desfecho foi positivo; mesmo assim, o episódio impactou Grolli negativamente e o Juiz enfrentou um período de trauma e estafa emocional.

Os anos à frente da Vara Criminal deram à Grolli uma visão bastante desiludida sobre a autonomia e segurança reais desfrutadas pelo Magistrado, embora constituam condições básicas para o exercício da Judicatura. "O Juiz sofre com todo tipo de pressão, ameaça e interferência. A natureza do trabalho também é delicada, porque o Advogado defende, o promotor acusa, mas é o Juiz quem dá o veredicto, quem tem de fazer uma análise equilibrada para não cometer injustiças. No entanto, uma das partes sempre irá se sentir prejudicada, injustiçada. Além disso, é dever do Juiz escutar o acusado com atenção, independente da acusação, independente das provas e independente da culpa ou inocência. Todo mundo que procura a Justiça ou que é intimado pela Justiça tem que ter a oportunidade de falar com o Juiz", analisa.

Grolli é um daqueles casos raros de profissional que já esteve nas três pontas da tríade da Justiça: na Promotoria, na Magistratura e, ainda hoje, na Advocacia. Já acusou, já julgou e já defendeu. Com o conhecimento de quem já vivenciou as três operações básicas do Direito, Grolli não titubeia quando questionado se a Justiça é, afinal, justa. "O Judiciário é justo, mas a lei pode não ser. O Judiciário é composto por indivíduos e esses indivíduos podem ter uma consciência a respeito de eventuais injustiças que a lei 'permite', mas não pode julgar contra a lei. Até porque muitas vezes os fatos provados não são os fatos verdadeiros. No entanto, o Juiz tem que julgar pelo que é provado. Entre o legal e o justo qual é o preferível? Eu prefiro o justo, mas não tem como contrariar a lei. O legal é objetivo, mas o justo pode ser subjetivo. A lei encobre brechas para injustiças, então o Juiz precisa enxergar a lei com desconfiança, tem que procurar por essas lacunas para evitar as injustiças. É preciso ter lucidez".

Foi essa lucidez que o encorajou a tomar a difícil decisão de aposentar-se em 2001, por tempo de serviço. Naquela época, se viu diante do impasse: permanecer na Magistratura e fazer carreira rumo ao Tribunal de Justiça ou desbravar novas paragens profissionais? Optou pelo desafio motivado pela ideia de abrir um escritório de Advocacia em Chapecó, ao lado dos dois filhos graduados em Direito (a caçula é psicóloga). A aposentadoria ociosa jamais lhe passou pela cabeça. "Nós não fomos educados para o lazer, fomos educados para o trabalho. Trabalho desde muito cedo, mas tenho a eternidade para descansar. Trabalhar com meus filhos foi uma escolha acertada: a família é a base, é o lugar que você tem para voltar. Embora toda família tenha seus problemas, estar junto aos seus é o refúgio de todo mundo. Então, trabalhar com meus filhos é uma alegria, mas não deixo de ser exigente e disciplinador porque essas características são reflexos de sofrimentos pelos quais eu passei quando era jovem. Mas sou mais exigente como chefe do que como pai", conta.

No escritório, Grolli hoje advoga principalmente na área empresarial, mas também representa nas áreas trabalhista e previdenciária, ambiental, cível e criminal. A experiência como Advogado, que já completa mais de dez anos, lhe deu discernimento para lidar com eventuais conflitos internos: advogar em casos semelhantes aos que antes ele julgava. "O compromisso do Juiz é com a Justiça, o do Advogado é com o cliente. Cada um tem um papel diferente no triângulo da Justiça. É preciso fazer essa distinção. Só que tem coisas que eu não faço. Jamais assumo a defesa de casos nos quais eu mesmo estou convencido de que a parte é culpada, ou casos nos quais tenho dúvidas sobre a honestidade do cliente. Sempre escuto a história e peço que seja absolutamente honesto, porque preciso saber a verdade para trabalhar. Não posso ir até o Judiciário sendo enganado pelo meu próprio cliente. Então, só advogo em casos que eu considero que tenham sustentação jurídica. Não posso violentar minha convicção e minha dignidade pessoal e profissional a troco de dinheiro".

A escolha pela Advocacia não alterou apenas a rotina e o referencial teórico profissional de Grolli, mas reavivou, também, uma motivação inexistente nas carreiras públicas da Magistratura e do Ministério Público. O filósofo Bertrand Russell elencou as distinções entre as carreiras públicas e a iniciativa privada: a motivação do lucro e o pânico do desemprego, ambas inexistentes nas carreiras públicas e motivadoras das carreiras na iniciativa privada. Grolli, como bom trabalhador que sempre foi, reconhece nesses dois fatores as molas propulsoras de seu desempenho profissional atual. "A competição e a instabilidade promovem o aperfeiçoamento, o rendimento... a estabilidade tem que ser relativa, senão implica na acomodação, na burocracia, na morosidade. A Advocacia é trabalhosa e desgastante, mas é motivadora. E tem o agravante de que, hoje em dia, a Magistratura sofre uma grande e inconcebível desvalorização, que também gera desmotivação. É fundamental que o Juiz seja mais valorizado, porque trabalhar motivado é garantia de resultados mais positivos", defende.

Tal entendimento sobre a magistratura somado à simplicidade de Grolli não lhe permitiram alimentar ilusões e vaidades sobre "ser Juiz". Contrário ao senso-comum que vislumbra os juízes em pedestais, Grolli é taxativo: "Há muita louvação em torno da Magistratura. Mas o Juiz se engana. A louvação não é para a pessoa dele, é apenas para o cargo. No entanto, isso muitas vezes alimenta a alma e a vaidade. É comum que o indivíduo, ao assumir qualquer cargo com mais autoridade, sinta-se acima das outras pessoas. Existe uma dificuldade em administrar o poder e a vaidade. Mas à medida que você envelhece, surgem as dúvidas sobre si mesmo e o entorno. A idade tempera a alma, nos brinda com mais compreensão. A velhice provoca esse sentimento, esse desejo de querer ser dono de si mesmo, de libertar-se de certas amarras sociais, de desapegar-se das vaidades", reflete.